



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua José Galice, 1785 (fundos) – Centro – Mesópolis – SP

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 002, DE 05 DE ABRIL DE 2023

EDITAL Nº 001/2023

Aprova o edital do Processo de Inscrição e Escolha de Candidatos ao Cargo de Conselheiro Tutelar do Município de Mesópolis-SP para o quadriênio 2024/2027e suplentes.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mesópolis, no uso de suas atribuições legais, conforme preconizam a Lei nº 8069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Municipal nº 005 de 29 de março de 2023 e pela Resolução 231/2022 do CONANDA.

CAPÍTULO I DO OBJETO

Art.1º A presente Resolução regulamenta a organização, a condução e todo o processo para inscrições, eleição, nomeação e posse para membros do Conselho Tutelar de Mesópolis/SP, para o quadriênio 2024/2027.

Art. 2º Serão eleitos, nomeados e empossados 05 conselheiros tutelares e seus respectivos suplentes, que irão compor o Conselho Tutelar de Mesópolis.

Art. 3º O cronograma do Processo de Escolha é o constante do Anexo I desta Resolução, cujas datas deverão ser rigorosamente respeitadas, podendo, em situação excepcional e inevitável, serem prorrogadas.

Art.4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará ampla publicidade ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar mediante publicação de edital de convocação do pleito no site da prefeitura, jornal de circulação do município, diário oficial do município, afixação em locais de amplo acesso ao público, chamadas em emissoras de rádio, televisão e jornais.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 5º São membros eletivos e titulares da Comissão Organizadora os Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mesópolis, a saber:

Representantes do Poder Público:

- a) Douglas Cesar Lima Bortolo
- b) Regiane Bernardino
- c) Dario Guimarães Chammas

Representantes da Sociedade Civil

- d) Lais Naiara da Silva Galice



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua José Galice, 1785 (fundos) – Centro – Mesópolis – SP

- e) Maria Aparecida Borges Poliselli
- f) Andreia Carla Ferraz

Art. 6º São atribuições da Comissão Organizadora e Eleitoral:

I - Coordenar com exclusividade e autonomia administrativa o processo de escolha dos novos conselheiros tutelares, até a data de posse dos mesmos;

II - Encaminhar ao Poder Executivo, para publicação no órgão e no site oficial do Município de Mesópolis, a presente Resolução, objeto de deliberação do CMDCA contemplando, dentre outros, os seguintes aspectos:

- a) Prazo para as candidaturas;
- b) Processamento do registro das candidaturas;
- c) Regulamentação de pedidos de impugnação;
- d) Regulamentação de pedidos e julgamentos de recursos;
- e) Formas de divulgação do processo eleitoral;
- f) Documentos necessários para a inscrição;
- g) Formas de avaliação da prova de conhecimento teórico e prático;
- h) Formas de divulgação das candidaturas.

III - Observar rigorosamente obediência às datas e aos prazos estabelecidos nesta Resolução com vistas ao registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do processo de escolha (Anexo I);

IV - Notificar ao Ministério Público, com a devida antecedência, todas as reuniões deliberativas que realizar bem como as medidas então adotadas;

V - Manter informada a Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente quanto ao andamento do processo eleitoral;

VI - Analisar pedidos de registro de candidaturas;

VII - Receber e examinar a documentação apresentada pelos candidatos ao certame;

VIII - Dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos no certame;

IX - Receber pedidos de impugnação de nomes de candidatos;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua José Galice, 1785 (fundos) – Centro – Mesópolis – SP

- X** - Notificar os candidatos que tenham seus nomes impugnados nesta fase do processo de escolha para que ofereçam defesa;
- XI** - Apreçar e decidir dos pedidos de impugnação;
- XII** - Acatar as decisões do plenário do CMDCA quando da interposição de recursos;
- XIII** - Registrar as candidaturas que, no decorrer da fase de impugnação, tenham sido aprovadas;
- XIV** - Fixar data e horário da prova de conhecimento a ser aplicada pela Comissão Organizadora e Eleitoral;
- XV** - Determinar prazo para interposição de recursos, relativos aos resultados da prova escrita, junto à Comissão Organizadora e Eleitoral;
- XVI** - Publicar, após esgotados os prazos para pedidos de impugnação e interposição de recursos, relação dos nomes dos candidatos considerados deferidos, remetendo cópia da mesma ao Ministério Público;
- XVII** - Zelar pelo cumprimento das regras da campanha eleitoral tanto por parte dos candidatos como do eleitorado;
- XVIII** - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, pedidos de impugnação e outros incidentes no dia da votação;
- XIX** - Providenciar a confecção de cédulas conforme modelo previamente aprovado pela Comissão, bem como o material de divulgação dos candidatos e da campanha;
- XX** - Escolher e instalar locais de votação;
- XXI** - Selecionar mesários e escrutinadores e instruí-los sobre suas tarefas;
- XXII** - Indicar um(a) Coordenador (a) Geral da Apuração;
- XXIII** - Solicitar ao Comando da Polícia Militar efetivos suficientes para garantir a segurança dos cidadãos envolvidos no processo de escolha;
- XXIV** - Proclamar os resultados da votação;
- XXV** - Resolver casos omissos no dia da eleição.

CAPÍTULO III DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS PRETENDENTES À FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR E DAS ATRIBUIÇÕES

Art.7º São requisitos para ser Conselheiro(a) Tutelar:



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua José Galice, 1785 (fundos) – Centro – Mesópolis – SP

- I** - Ser maior de 21 (vinte e um) anos de idade até o dia de encerramento da inscrição;
- II** - Ter reconhecida idoneidade moral e social comprovada por folhas e certidões de antecedentes cíveis e criminais expedidas pelas Justiças Estadual, Federal e Militar;
- III** - Residir no município, há, no mínimo, 02 (dois) anos mediante atestado de residência formado por autoridade competente;
- IV** - Ser eleitor e estar no gozo dos direitos políticos, legalmente inscrito, no município de Mesópolis;
- V** - Apresentar quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- VI** - Comprovar conclusão do ensino médio no ato da inscrição, mediante apresentação de diploma ou outro documento formal de educandário. Caso o candidato esteja em fase de conclusão do ensino médio, deverá apresentar inicialmente uma declaração provisória da escola e até a data da posse proceder à entrega do documento de conclusão;
- VII** - Ser habilitado para condução de veículos automotores, possuindo Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo categoria B;
- VIII** - Não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar nos últimos cinco anos;
- IX** - Submeter-se a prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, a ser formulada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurando prazo para interposição de recurso perante a comissão especial eleitoral, a partir da data da publicação dos resultados no Diário Oficial do Município ou meio equivalente.

Art.8º O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente nos artigos 95 e 136.

Art.9º O cargo de Conselheiro Tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatíveis com o exercício de outra função pública ou privada.

Art.10 O Conselho Tutelar funcionará atendendo, através de seus conselheiros, caso a caso:

- I** - O Conselho Tutelar funcionará durante toda a semana, nos dias úteis, horário das 8h00min às 17h00min, com 02 (dois) Conselheiros por turno, perfazendo carga horária semanal de 40 horas, e das 17h01min às 07h59min durante a semana, finais



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua José Galice, 1785 (fundos) – Centro – Mesópolis – SP

de semana e feriados em sistema de plantão rotativo entre os 05 (cinco) Conselheiros Tutelares.

II - Os conselheiros tutelares estão sujeitos a uma jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, acrescida as escalas de plantão.

Art. 11 A escala de trabalho do conselheiro tutelar deverá ser pactuada e aprovada pelo CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mesópolis.

Art. 12 O Conselheiro Tutelar faz jus ao recebimento pecuniário mensal e terá garantido:

I - Cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade com duração de 180 dias;

IV - Licença-maternidade, com duração de 20 dias corridos, sem prejuízo da remuneração;

IV - Irredutibilidade de subsídios;

V - Repouso semanal remunerado aos sábados e domingos, ressalvadas as hipóteses previstas em escala de plantão;

VI - Licença por motivo de doença própria ou de pessoa da família;

VII - Licença por motivo de casamento, com duração de cinco dias, sem prejuízo da remuneração;

VIII - Licença por motivo de luto, em virtude de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmãos, sogros, noras e genros, com duração de oito dias;

X - gratificação natalina;

§1º No caso do inciso IV, o conselheiro tutelar licenciado somente receberá a remuneração caso o órgão previdenciário não lhe conceda o benefício correspondente.

§2º É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período de licença, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Art.13 O (a) candidato(a) deverá apresentar no momento de sua inscrição:



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua José Galice, 1785 (fundos) – Centro – Mesópolis – SP

- I - Cédula de identidade ou documento equivalente com foto;
- II - Prova de residência;
- III - Título eleitoral e prova que votou nas últimas eleições;
- IV - Certificado de conclusão ou atestado de curso do ensino médio;
- V - Certidão negativa de distribuição de ações civil, criminal e contravencional;
- VI - Comprovação de que reside no município há mais de 02 (dois) anos;
- VII - Carteira de Habilitação no mínimo categoria B.

§1º É obrigatório o candidato interessado participar de curso preparatório e ter frequência mínima de 100% (cem por cento) sob a Coordenação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§2º Após o curso preparatório o candidato interessado deverá se submeter a uma prova em forma de teste, na qual demonstrará seus conhecimentos sobre o Conselho Tutelar. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

§3º Serão considerados habilitados para concorrerem às eleições os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 50 pontos na prova acima referida.

CAPÍTULO IV DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

Art.14 A inscrição dos candidatos a função de Conselheiro Tutelar será realizada, pessoalmente na Rua José Galice, 1813, Centro, das 8 às 15 horas, nesta cidade, no período de 10/04/2023 a 10/05/2023.

- I - As informações prestadas na Inscrição são de total responsabilidade do candidato.
- II - Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original, e cópia dos documentos em duas vias para fé e contrafé.
- III - A análise dos documentos será realizada no prazo de 11/05/2023 a 15/05/2023.

Art.15 A partir da publicação da lista dos candidatos inscritos a participar do processo de escolha, no um prazo de 05(cinco) dias, qualquer cidadão maior de 18 anos e capaz, poderá requerer a impugnação do postulante, em petição devidamente fundamentada, a ser protocolado na Secretaria Executiva dos Conselhos.

§1º O pedido de impugnação será indeferido de pleno, caso ele seja formulado desprovido de prova pré-constituída.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua José Galice, 1785 (fundos) – Centro – Mesópolis – SP

§2º Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada o postulante será excluído da lista de inscrito do processo de escolha, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

§3º Após análise da documentação pela Comissão Organizadora e Eleitoral será publicada a lista dos candidatos inscritos.

§4º No dia 17/05/2023 será publicada a lista de candidatos deferidos e indeferidos.

DO EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Art.16 Será aplicada prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

§1º A prova será realizada o dia 27/05/2023, com início às 13hs, na EMEF Rosimeri Niza Menezes, Rua Direitos Humanos, 2200, Centro, e terá a duração de até 2 (duas) horas improrrogáveis.

§2º Não será admitida segunda chamada para aplicação de prova aos candidatos ausentes, seja qual for o motivo.

Art. 17 Analisadas as documentações exigidas nesta Resolução e concluídas as avaliações de conhecimento, os candidatos serão classificados por meio de lista nominal, em ordem decrescente, de acordo com a média final obtida na prova de conhecimento.

Parágrafo Único. A prova de conhecimentos específicos será eliminatória, visando a classificação de candidatos que tiveram nota igual ou acima de 50 pontos, e eliminatória para candidatos que não alcançarem os 50 pontos.

DA FORMAÇÃO

Art. 18 A formação inicial será promovida por uma Comissão ou Instituição pública ou privada a ser designada pelo CMDCA-Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

I - A comissão divulgará dia, horário e local de realização da formação.

CAPÍTULO V DA CAMPANHA ELEITORAL

Art.19 A divulgação das candidaturas deverá ser feita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelos próprios candidatos.

§ 1º A divulgação de candidatos através dos meios de comunicação deverá ser coletiva, com a orientação do CMDCA, e em igualdade de condições para todos os candidatos;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua José Galice, 1785 (fundos) – Centro – Mesópolis – SP

§ 2º A divulgação de candidatos em reuniões e diante de aglomeração de pessoas de qualquer tipo deverá obedecer ao disposto no parágrafo anterior.

Art. 20 Não será permitida a propaganda que implique em grave perturbação da ordem pública e da paz social, aliciamento de eleitores por meio insidiosos e propaganda enganosa.

Art. 21 Considera-se grave perturbação à ordem pública e à paz social realizar propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

Art. 22 Considera-se aliciamento de eleitores por meio insidiosos o oferecimento ou a promessa de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, mediante o apoio para a candidatura.

Art. 23 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são das atribuições do Conselho Tutelar, a criação de expectativas à população que sabidamente não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra prática que induza o eleitor a erro, auferindo, com isso, vantagem a determinada candidatura.

Art. 24 As candidaturas serão individuais, não existindo a modalidade de “chapa”.

Art. 25 Será proibida a realização de “boca de urna” dentro das dependências dos locais de votação, incluindo-se filas e pátios internos, bem como o transporte de eleitores no dia da eleição, sob pena de cassação da candidatura.

Parágrafo Único. Candidatos que são funcionários públicos de carreira, terceirizados ou prestadores de serviços diretos deverão afastar-se da função no prazo de 60 (sessenta) dias antes da eleição, exceto os atuais conselheiros tutelares, que deverão continuar a desenvolver suas funções atribuídas pelo ECA.

Art. 26 Não será permitido o uso de camisetas, adesivos, bonés ou qualquer outro material de campanha pelos fiscais e candidatos que atuarem junto às mesas receptoras de votos ou locais de votação.

Art. 27 A Comissão Organizadora e Eleitoral agirá por iniciativa própria, por denúncia de qualquer cidadão, do Ministério Público e do CMDCA, nos casos de propaganda eleitoral que implique eventual infringência às normas que regem o processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar.

Parágrafo Único. Em todos os procedimentos relativos à campanha será dado vista ao representante do Ministério Público, para, querendo, manifestar-se.

Art. 28 Compete à Comissão Organizadora e Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua José Galice, 1785 (fundos) – Centro – Mesópolis – SP

ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e o encaminhamento do caso ao Ministério Público.

Art. 29 Qualquer cidadão, fundamentalmente, poderá dirigir denúncia à Comissão Organizadora e Eleitoral sobre a existência de propaganda irregular, que avaliará a sua pertinência e adotará as medidas dispostas no artigo 28, desta Resolução.

CAPÍTULO VI DA ELEIÇÃO

Art. 30 O CMDCA disporá de todos os seus membros, titulares e suplentes, para atuarem como fiscais nos postos de votações previamente definidos pela Comissão Organizadora e Eleitoral.

Art. 31 Os candidatos inscritos definitivamente concorrerão em processo eleitoral específico às vagas de conselheiro tutelar, através de voto facultativo e secreto dos eleitores maiores de 16 anos, com domicílio eleitoral no município de Mesópolis.

I - Cada eleitor poderá votar em apenas 01(um) candidato.

II - Para o exercício do voto o candidato deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento oficial de identidade.

Art. 32 A eleição ocorrerá no dia 01/10/2023, das 8 às 17 horas, na EMEF Rosimeri Niza Menezes, Rua Direitos Humanos, 2200, Centro, sendo aberta a todos os eleitores, facultativos e obrigatórios, domiciliados no município de Mesópolis, mediante apresentação do título de eleitor e documento de identificação civil com foto.

Art. 33 Cada candidato poderá indicar até 2(dois) fiscais de eleição.

§1º O credenciamento destes fiscais deverá ser feito junto à Coordenadoria Municipal de Assistência Social do dia 01/08/2023 à 11/08/2023.

§2º A confecção dos crachás é de responsabilidade do CMDCA-Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§3º O crachá deverá conter o nome completo do candidato, seu número de inscrição e a indicação FISCAL DE VOTAÇÃO.

CAPÍTULO VII DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 34 Caberá à Comissão Organizadora e Eleitoral intervir junto aos Coordenadores Municipais para indicarem servidores públicos para atuarem como presidentes de seção dos postos de votações.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua José Galice, 1785 (fundos) – Centro – Mesópolis – SP

Parágrafo Único. O servidor designado para atuar como presidente de seção, juntamente com o membro do CMDCA, serão responsáveis pela entrega das cédulas, bem como a contagem dos votos com a Comissão Organizadora e Eleitoral.

Art. 35 Os candidatos poderão credenciar 1(um) fiscal para apuração dos votos.

Art. 36 O Ministério Público deverá ser ouvido quando da impugnação de urnas e votos.

Art. 37 Na apuração, adotar-se-ão os princípios do aproveitamento do voto e da intenção do eleitor, significando que o voto será validado sempre que for possível identificar a vontade do eleitor, caso seja usado o modelo de cédula.

Art. 38 A Comissão Organizadora e Eleitoral deverá decidir no ato as impugnações apresentadas.

Art. 39 O boletim de apuração correspondente a cada urna deverá ser assinado pelos escrutinadores, 2 (dois) fiscais e 1 (um) representante do Ministério Público.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40 A Comissão Organizadora e Eleitoral atenderá aos interesses quanto aos esclarecimentos que se fizerem necessários para realização do processo eleitoral do Conselho Tutelar.

Art. 41 Caso existam candidatos impedidos de atuarem no mesmo Conselho Tutelar, nos termos do artigo 140 do ECA, e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os cinco primeiros lugares, considerar-se-ão eleitos aqueles que obtiverem maior votação.

§1º Na hipótese de empate na votação será considerado eleito o candidato que, sucessivamente na ordem classificatória, tiver maior tempo de experiência na área da defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

§2º Persistindo o empate, terá precedência o candidato mais idoso.

Art. 42 Os membros escolhidos, titulares e suplentes, serão diplomados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com registro em ata, e será oficiado ao Prefeito Municipal, no prazo de 20(vinte) dias.

Parágrafo Único. A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo(a) Sr(a) Prefeito(a) Municipal no dia 10/01/2024, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente, para que sejam nomeados e com a respectiva publicação no site da prefeitura e no jornal de circulação municipal.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua José Galice, 1785 (fundos) – Centro – Mesópolis – SP

Art. 43 Os casos omissos na presente Resolução serão decididos pela Comissão Organizadora e Eleitoral, utilizando, subsidiariamente os procedimentos previstos no Código Eleitoral e na Resolução 231/2022 do CONANDA.

Mesópolis, 05 de abril de 2023.

Fernanda Araujo Cordeiro
Presidente do CMDCA



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua José Galice, 1785 (fundos) – Centro – Mesópolis – SP

ANEXO I CRONOGRAMA PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR MANDATO 2024 A 2027

Nº	ATIVIDADE	DATA
01	Publicação do edital de abertura do processo de inscrição e eleição dos membros do Conselho Tutelar	06/04/2023
02	Período de inscrição dos candidatos a Conselheiros Tutelares	10/04/2023 a 10/05/2023
03	Prazo para análise da documentação dos inscritos	11/05/2023 a 16/05/2023
04	Publicação da relação dos inscritos (deferidos e indeferidos)	17/05/2023
05	Prazo para interposição de recursos ao deferimento, indeferimento e impugnação das inscrições	17/05/2023 a 22/05/2023
06	Divulgação do julgamento dos recursos	23/05/2023 a 24/05/2023
07	Curso Preparatório	27/05/2023
08	Prova eliminatória	27/05/2023
09	Resultado e publicação das notas da prova e os classificados	31/05/2023
10	Interposição do recurso	01/06/2023 a 06/06/2023
11	Publicação dos candidatos habilitados	12/06/2023
12	Início da campanha eleitoral	01/07/2023 a 30/09/2023
13	Credenciamento de fiscais	01/08/2023 a 11/08/2023
14	Data da eleição do Conselho Tutelar	01/10/2023
15	Publicação do resultado da eleição e candidatos eleitos	02/10/2023
16	Diplomação dos conselheiros eleitos	20/10/2023
17	Comunicação ao Executivo dos candidatos diplomados	31/10/2023
18	Posse dos Conselheiros Tutelares	10/01/2024